

CPC e o processo judicial em meio eletrônico

Comunicações processuais





- Resolução CNJ nº 234/2016
 - DEJN
 - Plataforma de comunicações processuais (domicílio judicial eletrônico)

- DEJN

- Despachos, decisões interlocutórias, dispositivo das sentenças e ementa dos acórdãos
- Intimações para advogados
- Plataforma de editais
- Lista de distribuição dos processos
- Demais atos previstos em regimentos internos ou disposições normativas

- Domicílio judicial eletrônico
 - Citação e intimação
 - União, Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades da administração indireta
 - Empresas públicas e privadas, exceto microempresas e empresas de pequeno porte
 - Ministério Público e Advocacia Pública

Obrigado!

braulio.gusmao@cnj.jus.br